Em sua 36ª edição, e primeira na América Latina, a Conferência Internacional da European Association for Research on Service destacou parte do evento para colocar em pauta a regulação para governança segura e eficaz dos dados



Diretora Lorena Giuberti falou sobre normativos que formam uma camada de proteção do cidadão no que diz respeito a seus dados

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) esteve presente, na manhã desta quarta (28), na plenária The Future of Data Governance in Digital Services (O Futuro da Governança de Dados em Serviços Digitais) que é um dos eventos que acontecem durante a 36ª Conferência Internacional da European Association for Research on Service que traz o debate do papel dos serviços públicos e privados como agentes de transformação social. A conferência, que vai até a próxima sexta-feira (30) na Universidade de Brasília (UnB), foca em inovação, sustentabilidade e em como o setor pode mitigar riscos globais e fortalecer a resiliência coletiva alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A Diretora da ANPD Lorena Giubertti, representando a ANPD durante o evento, destacou a criação de um arcabouço jurídico brasileiro que forma camadas de proteção dos titulares de dados além de, mais recentemente, a inclusão de leis que protegem crianças, adolescentes e mulheres no ambiente digital. "Temos os decretos que atualizaram o Marco Civil da Internet (MCI) e o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) que, mesmo sendo marcos distintos com suas especificidades, possuem princípios comuns dentro da regulação da internet", explicou a diretora que aproveitou a ocasião para apresentar o acesso de dados como um tema presente na próxima agenda regulatória da ANPD.

O secretário nacional de Direitos Digitais (SEDIGI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e também um dos palestrantes da plenária, Victor Oliveira Fernandes, apresentou "o salto que o Brasil deu de um ano para cá" no sentido da publicação de normativos que regulam a proteção do cidadão tanto na internet, quanto na gestão da proteção de suas informações pelos controladores de dados. O secretário destacou, em especial, a Portaria Conjunta SENACON/SEDIGI/SPDIGI Nº 3, publicada em 22 de setembro de 2026. "Esse é um mecanismo legal que estabeleceu regras para aumentar a transparência e combater a publicidade fraudulenta em plataformas digitais", disse o secretário que também lembrou o arcabouço jurídico já citado na fala da Diretora Lorena como "desafios para a atuação da ANPD".

A plenária da qual a ANPD e a SEDIGI formaram mesa também teve a participação de representantes do Ipea, Serpro e NIC.br.

Conferência

A Conferência Internacional da European Association for Research on Services é realizada há 35 anos na Europa e acontece pela primeira vez na América Latina. Trata-se de um marco histórico que posiciona o Brasil no centro do debate internacional sobre o setor de serviços.

Para esta 36ª edição, que se encerra na próxima sexta-feira (28), o evento convidou pesquisadores, gestores públicos, empreendedores e formuladores de políticas a para debater e refletir sobre como os serviços públicos e privados podem atuar como agentes de transformação social, repensando o ciclo de criação de valor.

Fonte: ANPD, em 28.10.2026